

Economia - Brasil

O ESTADO DE S. PAULO — 3

O governo apenas não sabe o que faz

A sociedade brasileira — se não descobriu ainda — pelo menos já desconfia que o governo não sabe bem o que fazer com a crise econômica. Os empresários não confiam mais numa só palavra que seja gerada nos gabinetes federais em Brasília. Os operários perderam a fé e também a paciência e nenhum observador mais atento da vida sindical pode esperar que os líderes trabalhistas evitem as greves em nome de um eventual Pacto Social. Aliás, a situação é tal que não se pode falar sequer na possibilidade de esses líderes deterem realmente o controle da movimentação paredista dos trabalhadores. A classe média está simplesmente perplexa, ocupada em consumir, por sentir que poupar não vale a pena e empurrando os problemas "com a barriga", porque não vê nenhuma perspectiva de solução a curto prazo.

E, o governo, bem, o governo, vamos repetir, não sabe o que faz. Parece mais perplexo do que a própria sociedade e, diante das alternativas que se apresentam, tenta operar a curtíssimo prazo, até porque não tem muito o que fazer a médio e a longo. Qualquer transeunte que passe por Brasília nestes dias vai chegar à conclusão de que falta um projeto para a economia brasileira. E isso é tão óbvio que até os governadores eleitos do PMDB, reunidos em convívio pelo dr. Ulysses, antecorrem, estão a cobrar das autoridades um mínimo de definições, para que, pelo menos, o País não pare.

Mas os governadores eleitos, que cobram definições, também não parecem ter um projeto político com um mínimo de coerência exigível num ano em que o Congresso eleito junto com eles vai redigir a Constituição de um regime que, a Nação espera, deve consagrar uma democracia sólida e estável. A julgar pelo documento preparado pelos governadores nordestinos e lidos por Waldir Pires, governador eleito da Bahia, sobram diagnósticos e mínimas terapias. O documento dos governadores eleitos do PMDB é longo e teimoso.

Esta última palavra tem um sentido claro: quem tiver o cuidado de ler atentamente suas frases vai descobrir que elas insistem num anacronismo digno de ser tema de um romance de Gabriel Garcia Márquez. O texto é simplesmente absurdo. O leitor atento terá a impressão de se haver instalado numa máquina do tempo e estar, em plena regressão, durante o governo Figueiredo. O PMDB tomou assento na pomposa cadeira presidencial, sob o olhar irônico de dom Pedro I, e reage como se ainda estivesse na oposição. A oposição cabe criticar. Ao governo cabe aparecer com soluções para a sociedade. Os governadores eleitos pelo PMDB deveriam ser informados, com urgência, de que o professor Delfim Netto não é mais o "czar" da economia nacional, mas o líder, triste, e verdade, porém sem nenhum poder, da oposição política ao regime de transição que o dr. Tancredo batizou de "Nova República". Em resumo, seria cômico, se não fosse trágico.

O PMDB e o governo federal passaram na armadilha que eles próprios construíram. Sem a legitimidade que a votação popular e a institucionalização da atividade política dão, as elites civis, que puseram um ponto final no regime autoritário militar instalado em 1964, tentaram substituí-la pelo artifício da popularidade. A popularidade é, contudo, efêmera e circunstancial. A legitimidade é garantida por mandatos com prazo fixo, justamente porque a opinião pública é móvel e volúvel e decisões de governo não se podem reger apenas pelos seus índices caprichosos. A habilidade política é capaz de conquistá-la com golpes de cena, mas só um coerente projeto, pilotado por estadistas, poderia tornar longo o amor do povo por um governo.

O Plano Cruzado deu à gestão Sarney um prazo para respirar — até que não foi tão pouco tempo — um instrumento de poder político que nenhum outro governo tinha empunhado até então. Mas o governo tratou de cuidar da febre inflacionária, sem tentar remediar o câncer da ineficiência econômica que causava a febre. Agora passa o efeito de analgésicos e controladores de temperatura, e a febre teima em voltar. O governo teria de "enrugar" a máquina administrativa federal, mas preferiu acreditar na própria fantasia do déficit público "zerado". Qualquer economista sério hoje sabe que somente a aplicação de doses cavalares e dolorosas de remédios radicais pode deter o avanço do câncer que consome os órgãos vitais de nossa atividade econômica, presos no dilema infernal entre a inflação galopante e a recessão paralisante.

Uma noite dessas, uma alta autoridade federal confessava que o Brasil repete a síndrome portuguesa que Eça de Queirós havia detectado: "Em Portugal, falta pessoal". Falta pessoal no Brasil. Falta um candidato à altura de Ulysses Guimarães para evitar o vexame de o PMDB romper a norma do rodízio na Presidência da Câmara e a possibilidade de Fernando Lyra vir a ser o substituto eventual do presidente da República. Falta um líder no consagrado partido no poder para interromper a rotina da reeleição do próprio Ulysses na presidência do partido, 16 anos depois de ele ter vencido a primeira eleição. Falta um economista, fora das escolas dos professores Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, condenadas por sua participação na condução da política do regime militar, capaz de apresentar uma solução alternativa à combatida figura de Dilsen Funaro. Nos corredores do Palácio do Planalto corre um vento forte, no qual estão gravadas essas palavras: os ministros econômicos já caíram, não há e como nem por quem ser substituídos. As alternativas são curtas e frágeis. Faltam a Celso Furtado condições de negociar com os credores, que não receberiam com simpatia o seu nome. A Marília Marques Moreira falta, principalmente, porte para ocupar um ministério importante num momento de crise. A José Serra falta quase tudo, principalmente a simpatia do governador eleito do maior Estado da Federação, seu desafeto Orestes Quércia. Ou seja, ao Brasil falta mesmo pessoal, como observava, com um laivo de tristeza na voz, o ministro importante de um governo perplexo.

Um antigo escritor e político brasileiro — que hoje não estaria na moda porque morreu mais pobre do que nasceu —, José Américo de Almeida, disse, certa vez, que "o Brasil não está perdido. Perdidos estão os brasileiros que querem perder o Brasil". Neste momento de perplexidade, coincidente com o centenário do nascimento do velho estadista, a sociedade brasileira — que foi capaz de construir a oitava mais próspera economia do mundo, mas ainda não reuniu competência suficiente para elaborar um projeto político auto-sustentável, em que convivam liberdade, justiça e estabilidade institucional — vive de esperanças. Uma de suas esperanças vãs é a de que os constituintes venham a salvar o País de suas crônicas e antigas enfermidades políticas. Sob o céu ameaçador de uma crise econômica, talvez sem precedentes na história da República, possivelmente seja o caso de mudar o canal e rezar para que, pelo menos, eles não venham por tudo a perder. Pois, no ambiente conturbado em que o Brasil dá entrada, é impossível pensar na Constituição como uma tábua de salvação. Resta-nos dar todos os nossos esforços para impedir que ela seja a fogueira de nossa perdição. O começo desse trabalho é um projeto político nacional, que sempre foi necessário e agora é simplesmente inadiável.

JNF